

PAISAGEM URBANA E PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA CIDADE DE CRUZ ALTA

CAINO, Jonathan Santos¹, CARLE, Cláudio Baptista²

¹ Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – ICH/UFPel. Bolsista CAPES. E-mail: jon.caino@gmail.com

² Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Bacharelado em Antropologia e Arqueologia – ICH/UFPel. Orientador. E-mail: cbcarle@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Cruz Alta, município do planalto médio gaúcho, se aproxima dos duzentos anos de história, história que se demonstra na paisagem urbana. Admitindo que os elementos materiais da paisagem sejam remanescentes de atividades passadas, passíveis de estudo e interpretação, me interessa aqui entender como esses elementos da paisagem urbana são utilizados para a produção de narrativas sobre o passado, discursos sobre a história de Cruz Alta. Ou seja, analisar a atuação do município no campo do patrimônio.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Aston (2002, p. 13) cita como cinco as principais fontes para se estudar a paisagem: arqueologia, fotografia aérea, mapas, história local e estudos relacionados. As fontes arqueológicas são poucas, resultado de intervenções pontuais realizadas pelo Núcleo de Arqueologia da Universidade de Cruz Alta, período no qual Koch (2007), em um Trabalho de Conclusão de Curso, falou de uma arqueologia da paisagem urbana de Cruz Alta. A falta de um acervo de fotografias aéreas pode ser suprida com softwares como Google Earth, que permite visualizações em diferentes escalas com qualidade razoável. Estas imagens da Cruz Alta atual podem ser contrapostas a uma série de dados históricos. Ainda que não haja planta do primeiro traçado da vila, realizado em 1825 (CAVALARI, 2004), a bibliografia apresenta descrições suficientemente claras para que se possa posicionar e dimensionar o primeiro traçado urbano (CAVALARI, 2004; SILVEIRA, 1979). Para os anos posteriores, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (2007) levantou plantas da cidade datadas de 1881, 1900 e 1940, que permitem uma visualização da expansão e transformação da malha urbana ao longo do século XIX e parte do XX. No que se refere à história local, não há uma bibliografia extensa; alguns trabalhos de pesquisadores locais e trabalhos acadêmicos voltados a temáticas específicas, de onde se pode extrair alguns dados. Além disso, o trabalho de Roeber (2011) reuniu um importante acervo fotográfico, disponível online, que agrega mais fontes para o estudo da paisagem urbana de Cruz Alta.

Os estudos relacionados abarcam bibliografia pertinente acerca da arqueologia urbana, da arqueologia da paisagem e sua articulação com a questão do patrimônio cultural e dos usos dos bens materiais para a produção de narrativas que remetem a identidades e memórias sociais. Nesse sentido os teóricos do patrimônio colaboram para a formação de um referencial interpretativo para a compreensão da relação entre a cultura material – aqueles bens tomados como patrimônio material –, e as políticas patrimoniais em âmbito municipal, e

como esta relação contribui na construção de narrativas que legitimam os discursos históricos vigentes.

A partir de uma compreensão do que é o patrimônio e seu papel social, cotejando com os estudos acerca da produção e expansão da paisagem urbana, será possível analisar que discursos históricos são legitimados pelos bens atualmente patrimonializados no município, e como o reconhecimento de Cruz Alta como uma cidade arqueológica (OLIVEIRA, 2005) poderia colaborar na expansão da ideia de patrimônio do município, para garantir a preservação dos bens arqueológicos que permitiriam a produção de outras interpretações, distintas narrativas e a emergência de outros personagens para a história local, o que pode também contribuir para a produção de novos referenciais identitários.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A data aceita como de fundação do município é 18 de agosto de 1821, marcada pelo documento que determina como deve ser demarcado o traçado urbano da vila nascente (CAVALARI, 2004, POZZEBON, 2002, ROCHA, 1980). Essa demarcação, contudo, aconteceu somente em 1825 (CAVALARI, 2004), quando então começa a tomar forma a paisagem urbana em análise. O primeiro núcleo urbano circundava a área que hoje compreende a praça da matriz, e daí se estendeu ao longo do século XIX em um eixo norte-sul formado pela atual rua Pinheiro Machado, à época chamada rua das Carretas e depois rua do Comercio. Nestes primeiros momentos a vida urbana está totalmente ligada à vida rural, uma vez que é a estância de criação de gado e a erva-mate que mantém a economia do município (NASCIMENTO, 2007). A partir de 1850, após a lei de terras, há um grande movimento de expropriação no campo. Com a possibilidade de comprar, os grandes proprietários apropriaram-se de muitas áreas antes ocupadas por posseiros pobres, lavradores ou extratores de erva-mate (NASCIMENTO, 2007). Desse movimento no campo é possível inferir um acréscimo na população urbana e o início da ocupação de áreas periféricas, como as zonas que viriam a ser conhecidas como Barro Preto e Capoeira. Em 1881, data da planta mais antiga conhecida (CAVALARI, 2004), a rua do Comercio permanece como eixo físico e social da cidade: aí estão as duas praças, as principais casas comerciais, e um importante espaço de sociabilidade.

A ideia de paisagem traz consigo não uma noção absoluta de espaço, mas a da experiência social e da construção histórica, da ação humana manifesta na materialidade dos prédios, das casas, das ruas (INGOLD, 2000). Essa paisagem está sempre em processo, e se desenvolve em diferentes ritmos, em diferentes momentos, por diferentes atores sociais. Assim, como resultado de quase 200 anos de história, coexistem em Cruz Alta elementos dos mais variados tempos: O traçado urbano do centro do município é mais ou menos igual desde 1825, quando a malha urbana foi demarcada. Ruas e praças, ainda que diferentes, estão na mesma posição, e uma série de edifícios dos séculos XIX e XX, muitas vezes lado a lado aos altos e modernos edifícios do século XXI, cada vez mais numerosos à medida que o mercado imobiliário e da construção civil têm estado aquecido nos últimos anos.

Se, contudo, a paisagem urbana é um testemunho material do processo histórico cruz-altense, a dinâmica inerente a este processo faz com que muitos destes elementos do passado se percam, ou sejam modificados e descaracterizados. Atuando para preservar estes elementos do passado, se

estabelecem as políticas patrimoniais. Assim, determinados bens são selecionados, tornados “patrimônio”, e assim passam a ser referentes históricos, cujas características devem ser congeladas, pois são testemunhos da história e da memória local, e dessa forma, tidos como parte da identidade local. Estes bens então são admitidos como provas de que a história contada nos livros é verdadeira, patrimônio implica a permanência de elementos do passado, um imperativo de evitar o desaparecimento de algo significativo no campo das identidades (FERREIRA, 2006).

Todavia a própria ideia de patrimônio é uma invenção (PRATS, 1998), e os critérios pelos quais se determina o que pode ou não ser patrimonializado passar por uma série de instâncias políticas, econômicas, sociais e históricas. Assim como a história contada nos livros não é “a” verdade histórica, as alegorias do patrimônio (CHOAY, 2006) atualmente vigentes no município tampouco são as únicas possíveis. Como afirma Tilley (2006) as políticas de identidade que atuam sobre a paisagem estão relacionadas a que se deseja que seja lembrado, a quem deve ou não fazer parte da história, e a que passado deve ser reconhecido.

Em Cruz Alta é o Plano Diretor (PDDUA, 2007) que determina o que é o patrimônio cultural do município, em um texto que repete literalmente a Constituição Federal. Neste texto a categoria é ampla e envolve elementos tanto do que se convencionou chamar patrimônio material como o imaterial. Interessa aqui a primeira categoria, que envolve entre outras coisas os sítios de valor arqueológico. Contudo se o texto da lei é amplo, a atuação prática todavia é bastante limitada; até o momento se deu unicamente nos bens arquitetônicos. Assim, são patrimônio apenas alguns exemplares do casario histórico da cidade. Há dois prédios tombados pelo IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), e em âmbito municipal, o Plano Diretor apresenta uma “tabela de imóveis de interesse histórico cultural” que na prática não estabelece um grau específico de proteção.

O critério principal para seleção desses bens parece residir na sua arquitetura, como exemplares de técnicas e estéticas características de determinado tempo histórico. O valor histórico e arquitetônico destes bens é obviamente inegável, e sua preservação por este ponto de vista é necessária. Mas se a categoria de patrimônio cultural aparece na lei abarcando uma quantidade maior de elementos, isso demonstra uma atuação bastante limitada por parte do poder público municipal.

4. CONCLUSÕES

A partir de uma perspectiva arqueológica o processo histórico de ocupação e expansão da malha urbana pode ser entendido como um produtor de registro arqueológico, um processo que gera resultados materiais – objetos, casas, ruas, cidades – que podem ser percebidos, lidos ou interpretados no presente. Remanescentes de atividades do passado que podem ser usados para a produção de narrativas históricas. Considerando que a ocupação da área central da cidade se aproxima dos duzentos anos, o potencial arqueológico é obvio, ainda que nem sempre seja evidente. Contudo, se a produção desta paisagem urbana se dá em um processo onde se movem diferentes grupos sociais, diferentes manifestações culturais e diferentes momentos históricos, a ênfase no patrimônio arquitetônico representa um passado sem conflitos, um passado onde aparece a estética e a cultura material de uns poucos personagens e grupos sociais. Toda a área central da cidade tem potencial para a presença de vestígios

arqueológicos, cultura material de unidades domésticas, de escravos, de índios, de brancos ricos e pobres. Com a garantia de estudos arqueológicos prévios, seria possível o acesso a outras fontes, outros atores sociais e, por conseguinte, a produção de outras narrativas, de outros referenciais identitários.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASTON, Michael. **Interpreting the Landscape: Landscape Archaeology and Local History**. London & New York: Routledge, 2002.
- CAVALARI, Rossano Viero. **A Gênese da Cruz Alta**. Cruz Alta: UNICRUZ, 2004.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, DHI/PPG/UEM, vol. 10, n. 3, 2006.
- INGOLD, Tim. The Temporality of Landscape. In: THOMAS, Julian (Ed.). **Interpretive Archaeology**. London/New York: Leicester University Press, 2000.
- KOCH, Paulo Roberto. **O sistema de ordenação do espaço em Cruz Alta: um estudo de arqueologia da paisagem**. Trabalho de Conclusão de Curso. Cruz Alta: UNICRUZ, 2007.
- NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. **Derrubando florestas, plantando povoados: A intervenção do poder público no processo de apropriação da terra no norte do Rio Grande do Sul**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2007.
- PDDUA – **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental – Lei complementar nº 0040 de 3 de setembro de 2007**. Cruz Alta, RS. Disponível em:
<http://www.cruzalta.rs.gov.br/portal1/municipio/download.asp?ildMun=100143114&ildGrupo=11515>. Acesso em: 10 jun. 2009.
- POZZEBON, Maria Catharina. **O caminho das tropas e a formação de Cruz Alta**. Dissertação de Mestrado PPGH/PUCRS. Porto Alegre, 2001.
- PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**. 27. p. 63-76. Madrid, 1998.
- OLIVEIRA, Alberto Tavares. **Um Estudo em Arqueologia Urbana: A Carta de Potencial Arqueológico do Centro Histórico de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 2005.
- ROCHA, Prudêncio. **A História de Cruz Alta**. 2ª ed. Cruz Alta: Empresa Gráfica Mercúrio Ltda, 1980.
- ROEBER, Alfredo. **Projeto Nossa Velha Nova Cruz Alta**. Cruz Alta, RS. Disponível em: <http://www.unimedplanaltocentralrs.com.br/cruz-alta> Acesso em: 23 de mar. 2011.
- SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. **As Missões Orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979.
- TILLEY, Christopher. Identity, Place, Landscape and Heritage. **Journal of Material Culture**. Vol. 11(1/2): 7–32. London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: SAGE Publications, 2006.